



ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

5926 - Trabalho Completo - XIII Reunião Científica da ANPEd-Sul (2020)

ISSN: 2595-7945

Eixo Temático 05 - Educação e Infância

A CRIANÇA VISTA PELOS EDITORES DA RBEP (1944-1964)

Sara da Silva Böger - UFSC- Universidade Federal de Santa Catarina

Diana Carvalho de Carvalho - UFSC- Universidade Federal de Santa Catarina

A CRIANÇA VISTA PELOS EDITORES DA RBEP (1944-1964)

A escolha de analisar os editoriais da Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos (RBEP) em busca dos discursos sobre a criança e a infância, surgiu da leitura dinâmica e exploratória da revista em meio a uma pesquisa com foco na Sessão *Ideias e Debates*. Identificou-se que os editoriais enfocavam a criança brasileira, enquanto apresentavam os grandes anseios de renovação educacional da década de 1940, quando a revista é criada ligada ao Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos (INEP). Também ressaltamos que analisar a posição da criança no interior de diferentes projetos educacionais em disputa na época, se mostrou um recorte original de pesquisa, cujo resultado apresenta-se aqui.

Nos editoriais da RBEP as grandes questões da educação entraram em pauta junto aos índices produzidos pelo jovem departamento de estatística do INEP, em momentos cruciais da estruturação do aparelho escolar brasileiro. A revista foi distribuída gratuitamente para educadores em todo o território nacional, representando a visão estratégica daquele momento histórico, e carregava a marca do projeto de renovação pedagógica dos Pioneiros da Educação Nova (SGUISSARDI & SILVA JR., 1998).

Miriam Warde (2007) destaca que a criança torna-se o objeto central dos estudos educacionais na modernidade, dando consistência a disciplinas como a Biologia e a Psicologia, que por sua vez informam a educação sobre a criança a partir de estudos pretensamente científicos. Neste ciclo, conferem à própria educação bases científicas para formular propostas pedagógicas objetivas, renovadas, que darão sustentação teórica às propostas dos intelectuais da educação. Diante disso, nos perguntamos qual o lugar da criança na estratégia de estruturação da educação brasileira, nas décadas de 1940-1960, a partir dos discursos de renovação dos editores da RBEP? Como a criança era considerada nos discursos orientadores da revista?

Para perseguir está questão foram lidos todos os editoriais da revista de 1944 a 1964 e foram selecionados para análise mais apurada aqueles que falassem diretamente sobre a criança, a infância, a educação infantil e a criança como aluno do ensino primário. A análise buscou destacar os excertos encontrados sobre a criança, no esforço de descrevê-los, em um primeiro momento, organizando-os em dois ciclos diferentes da revista. O primeiro ciclo, sob tutela de Lourenço Filho, e o segundo sob direção de Anísio Teixeira. Diferentemente do

primeiro, no segundo ciclo a revista não tem muitos editoriais, porque o editor publicava quase sempre o primeiro artigo do número, mostrando sua posição nas disputas dos projetos educacionais em pauta. De fato, os artigos de Anísio Teixeira não poderiam ser caracterizados pela polidez dos editoriais anteriores, são posicionados e as vezes inflamados e, provavelmente, não representavam o pensamento hegemônico no Ministério da Educação e Saúde (MES), levando o editor a abrir mão dos editoriais. Assim, os excertos analisados no segundo ciclo são de autoria do editor, mas não são editoriais.

Durante os oito primeiros anos da revista, o INEP estava sob a direção de Lourenço Filho e a RBEP passou pela direção de Gustavo Capanema e Murilo Braga Carvalho. Nesse período, a edição da revista seguia uma linha de pensamento orgânico com o MES e o INEP. Os três intelectuais supracitados mantinham relação de proximidade desde quando a revista ainda era um projeto, em 1938. (GANDINI, 2001) Os editoriais deste ciclo não foram assinados e corroboramos com a suposição de Gandini (2001) de que não se pode afirmar com certeza sobre sua autoria, mas fica claro que Lourenço Filho acompanhava a revista de perto. Ele tem publicações em quase todos os números com temas e concepções alinhadas aos editoriais.

Iniciando a análise dos excertos, a criança surge no 2º editorial da Revista e a necessidade de educá-la para amar a nação torna-se um dos mais importantes objetivos educacionais. Esse tema é reflexo da II Guerra Mundial, encerrada no ano de 1945, que convoca os editoriais para debates sobre questões humanistas, universalistas e democráticas, em oposição ao racismo e autoritarismo do nazifascismo. A ideia veiculada pela revista, nos 04 artigos publicados sobre a Educação no pós-guerra, os 06 sobre a importância da educação para a democracia, e mais um número inteiro da revista dedicado ao tema da democracia em oposição às falhas da educação alemã, era de que “não bastava apenas educar as crianças para amar a nação, era preciso que esse amor fosse um amor pela democracia, mesmo que só através de um país organizado como nação fosse possível alcançá-la” (BÖGER, 2019, p.54). A defesa da democracia se dava em termos abstratos, com ponderações sérias, porém sutis, afinal os intelectuais afirmavam que, se não houvesse investimentos em educação para tirar o país da ignorância, o estado getulista acabaria como a Alemanha.

Como BÖGER (2019) destaca, podemos apontar uma delicada contradição entre os debates raciais da época, que fica explícita no editorial de número 7, em que os debates raciais na educação se pautam nos termos da racialidade ariana. Os estrangeiros de outras “raças” que chegam ao Brasil trazem consigo um debate sobre as diferenças étnicas entre brancos, como se destaca nos editoriais de 1945, em um tom de relativo conflito. Em geral, refugiados de guerra que teriam seu valor medido pela sua capacidade de se ajustar aos objetivos nacionais brasileiros, como afirmou o editor “será possível caracterizar a tais padrões de cultura como de maior ou menor proveito para a coletividade e, assim, quanto ao valor educacional que representam. (EDITORIAL, 1945, p3)”. Depois 400 anos de escravidão com base na racilização, o debate sobre os contatos inter-raciais na educação, surgem com a chegada de europeus em sua maioria. Passado o pós-guerra imediato, a racialidade deixa de ser tema da dos editoriais, e o foco volta-se a outras questões.

Nos editoriais de 1947, um apanhado mostra que a criança tem destaque nas publicações: relata-se que no seu segundo ano a revista já somava 14 estudos sobre a criança brasileira. Anunciava-se que mais estudos já estavam em curso para compreender o ritmo “natural” de desenvolvimento das nossas crianças e fundamentar a organização escolar nos mais diversos níveis, sendo uma concepção de infância rapidamente enunciada:

A partir de Rousseau, a infância começa a ser compreendida de outra forma. Os atuais conhecimentos psicológicos tornaram-na conhecida como sendo uma das fases do desenvolvimento

humano, possuindo caracteres próprios e considerada a mais importante pela extraordinária plasticidade educativa que apresenta. (EDITORIAL, 1947b, p.3)

A educação infantil torna-se pauta dos editoriais na medida que os debates estrangeiros sobre os benefícios da educação desde a tenra infância chegam ao Brasil. Isto porque “Os educadores modernos atribuem ao jardim de infância a tarefa de promover o desenvolvimento integral da criança em idade pré-escolar respeitando a personalidade infantil.” (EDITORIAL, 1947b, p4). Também é destacada a necessidade de ampliação da oferta de educação infantil:

Presentemente, nos países mais empenhados na solução dos problemas relativos à criança, vem sendo promovida a ampliação da rede de estabelecimentos apropriados à educação pré-escolar. É que, avaliada a real significação do desenvolvimento infantil no período dos 2 aos 6 anos, tornou-se imperativa a fundação desses educandários. (EDITORIAL, 1947b, p4)

Até 1950, os editoriais farão referências aos estudos encomendados pelo INEP sobre as publicações *infanto-juvenis* que circulavam nacionalmente, apresentados em quatro números da revista, com título “Uma investigação sobre jornais e revistas infantis e juvenis I, II, III, IV e V”. O estudo, que envolvia análise de qualidade de impressão até impactos do conteúdo na educação das crianças, foi enviado às editoras das publicações para adequação aos objetivos educacionais do MES. Outro estudo destacado foi a extensa pesquisa de Heloísa Marinho, que investigava a linguagem de crianças brasileiras aos 7 anos, com método experimental e controle rigoroso na organização dos resultados.

Contudo, em 1947 e 1948, os debates sobre as crianças nos editoriais ganham a concretude dos dados sobre evasão e repetência no ensino primário, em uma espécie de diagnóstico do cenário educacional. Desde a Constituição de 1946, a educação tem seus fundos constitucionais garantidos, e o projeto estratégico causa impactos na sociedade brasileira. Afinal a educação pública, em franca expansão e massificação, chegava ao cotidiano do povo, como destaca o editor “[...] A multiplicação de escolas pelo país, atingindo os mais remotos rincões, burgos e aldeias, é, sem dúvida, o mais sério imperativo do nosso desenvolvimento cultural, agora encaminhado de acordo com os preceitos democráticos.” (EDITORIAL, 1947a, p.132) O trabalho do MES e INEP mostravam resultados que representavam a “[...] redenção da infância brasileira pela educação primária” (EDITORIAL, 1947c, p.422)

Nos editoriais dos anos de 1950, 1951 e 1952 entram em discussão as políticas públicas para a educação em formulação e disputa no Congresso Nacional, como a primeira Lei de Diretrizes e Bases, o primeiro Plano Nacional de Educação e suas Leis Complementares. Projetos legislativos que tinham de enfrentar prioritariamente o problema do atraso do projeto educacional, principalmente voltado às crianças do campo e suas especificidades, como vemos a seguir.

O I. N. E. P. está procurando dar ao ensino primário a base física do sistema escolar com a construção de 7.000 escolas rurais. Precisamos, agora, procurar a base pedagógica e como medida preliminar resolvemos balancear a experiência e as soluções de outros povos, de outras culturas, de outras concepções de vida. (EDITORIAL, 1950a, p.6)

A outra grande questão que se anunciava há muito tempo era a evasão escolar, “[...] fenômeno que impedia que todo o investimento em educação se revertesse nos

melhoramentos esperados na sociedade” (BÖGER, 2019, p.60). Esse debate vinha sempre acompanhado das proposições de conhecer as nossas crianças e renovar as práticas pedagógicas com base nas suas características de desenvolvimento e aprendizagem, com referências estrangeiras destacando Dewey e Claparède (VIDAL, 2013).

Em 1952, com o falecimento de Murilo Braga de Carvalho, Loureço Filho se afasta do INEP e inicia-se um novo ciclo em que os debates e disputas legislativas serão o grande foco das edições da RBEP, agora sob direção de Anísio Teixeira, que também assumirá o INEP. Os debates principais são de defesa da descentralização administrativa operada na década anterior e da unificação legislativa em torno da educação pública, laica e gratuita. No primeiro editorial assinado por Anísio Teixeira (1952b), intitulado Lei e Educação, o autor enfoca os diferentes projetos em disputa entre privatistas e estadistas em torno da LDB, que se efetiva em 1961.

Nos períodos de 1953 até 1960, Anísio Teixeira não escreveu editoriais, mas escreveu artigos publicados na Sessão *Ideias e Debates* da revista. Analisando os excertos do editor, destacamos as principais disputas anunciadas no segundo ciclo da revista e a criança reivindicada neles. Anísio (1952a) defendia a unidade no sistema educacional brasileiro, posicionando-se contra projetos que pretendiam que a educação privada fosse o centro do aparelho educacional e que a educação pública fosse complementar, batalha que venceu. Também defendia que os recursos e objetivos das escolas fossem alinhados entre si, que os recursos fossem investidos com otimização e objetividade, organizados em um parâmetro único, mas sem rebaixamentos, batalha em que foi vencido. Teixeira (1959) defendia a diminuição das desigualdades regionais e o avanço na construção do sistema público de ensino, mas sem jamais rebaixar os horizontes educacionais. Como explicita BÖGER (2019, p.65), o modelo educacional de Teixeira, era a Escola Parque, que implementara na Bahia com sua irmã: “o primeiro modelo de escola com perspectiva de integralidade no Brasil e inspirou a criação dos CIEPS, na década de 1980”.

Havia uma grande tensão com setores privatistas e divergências dentro do próprio movimento dos renovadores, evidente no embate de Anísio com o também pioneiro Almeida Jr, redator do último texto da LDB. Então os pioneiros publicaram o Manifesto dos educadores brasileiros intitulados “Mais uma vez convocados”, reivindicando a manutenção das ideias defendidas no primeiro Manifesto dos Pioneiros da Educação, em 1932, e reforçando as funções do estado na garantia da educação para o povo. Em meio a estas disputas, a criança aparece nos discursos de Anísio Teixeira em um debate sobre direitos.

Anísio (1959), no seu texto mais famoso “Educação não é privilégio”, apresentou defesa da distribuição de recursos baseada no cálculo da quota-parte, ou seja, o custo de cada criança para o sistema educacional orientaria a distribuição de recursos divididos entre as modalidades de ensino. Isto porque a divisão orçamentária proposta nos textos complementares da LDB significavam um desmonte do Ensino Primário, ou pelo menos, a manutenção de todos os seus problemas. Mais uma vez derrotado, Anísio lamenta pelas crianças:

Mantém-se deste modo o caráter aristocrático da educação nacional, passando os recursos públicos a ser utilizados para a conservação da nova classe média. A própria divisão igualitária dos recursos federais para a educação superior, média e primária, que se apresenta como progresso democrático, só engana a quem deseja enganar-se. Sendo de 12 milhões o número de crianças de escola primária, a quem se deve educação, e de 6 milhões o número de alunos matriculados; de 1 milhão o número de alunos da escola média; e de 70 mil, o de ensino superior — a divisão dos recursos em partes iguais só ilude a quem quiser iludir-se. Na realidade, está-se ajudando o ensino médio seis vezes mais do que o primário e o superior cerca de mil vezes mais. (TEIXEIRA, A. 1959, p.29)

Em 1961, assim que a LDB/61 foi aprovada, a RBEP voltou a ter editoriais publicados. Nem todos foram escritos por Anísio, vários foram assinados por profissionais que compunham o conselho editorial da RBEP e que eram especializados nos temas de cada número, em que não apareceram discursos sobre a criança. Mesmo depois da LDB/1961, Teixeira continua publicando sobre a garantia de educação de qualidade, na sua defesa do ensino primário até a deflagração do golpe que levou à instauração da ditadura militar e que mudou as regras e o clima da educação, afastando os intelectuais de seus cargos pelos “radicalismos”, tanto ultra-liberais como de esquerda, simultaneamente (GANDINI, 2001).

Analisando e comparando os dois ciclos dos editoriais da revista, o que podemos identificar nestes primeiros anos é que o debate sobre a criança esteve presente, sendo enfatizada a necessidade de ser educada, assim como toda sua família e os adultos que não estavam na escola: pais, irmãos mais velho, primos, tios, etc. Assim, quando se debatia, por exemplo, a necessidade da educação no campo, o que se estava debatendo, na verdade, era a necessidade de fazer das crianças dos interiores agentes de unificação nacional.

No primeiro ciclo, pelos editoriais e estudos publicados nas diferentes sessões da revista, observamos que a maior parte das pesquisas sobre as crianças tem um rigor experimental grande, sendo fundamentadas hegemonicamente em métodos experimentais e positivistas, desenvolvidos pela Biologia e Psicologia. Os intelectuais pretendiam extrair os dados mais confiáveis sobre a criança para instrumentalizar os professores na tarefa de promover o sucesso dos seus alunos e da educação brasileira. De certa forma, as pesquisas estatísticas demonstravam a real situação da educação das crianças brasileiras, os dados concretos tornavam as análises e planos educacionais mais objetivos e podia-se perceber a crença de que tais dados seriam capazes de revelar o caminho a ser seguido pela educação. Os índices de evasão e reprovação tornavam-se palpáveis e as soluções encontradas estavam focadas em conhecer a criança brasileira, sempre tomando como referência teorias estrangeiras.

Já no segundo ciclo da Revista, observa-se que as crianças continuam sendo consideradas como objeto de estudo importante, mas mudam de lugar no discurso. De uma criança mais abstrata e que deveria ser conhecida ainda pelos pesquisadores, visualizadas como futuro da nação, passamos a identificar uma criança que é mais concreta, a qual cabem alguns direitos. Mas não podemos afirmar que essa tendência se concretiza nas publicações de outros artigos e intelectuais, estando mais presentes nas publicações de Anísio Teixeira. Por fim, os editoriais apresentam um intenso movimento de projetos e debates educacionais, em que volta e meia as crianças são reivindicadas para sustentar e dar coesão aos diferentes discursos educacionais, além de serem tomadas como objeto de pesquisa e estudo para conhecer e melhorar a realidade educacional brasileira.

PALAVRAS-CHAVE: RBEP. Criança. Infância. História da Educação.

REFERÊNCIAS

BÖGER, S. S. **EDUCAÇÃO, PSICOLOGIA, CRIANÇA E INFÂNCIA: Relações presentes na Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos (1944-1964)**. 2019. 198 f. (Dissertação de Mestrado) Programa de Pós Graduação de Educação, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

EDITORIAL. Educação e Cooperação. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, v. 10, n.

27, p.131-132, mar./abr. 1947a.

_____. Jardim de Infância. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, v. 11, n. 9, p.3-4, jul./ago. 1947b.

_____. O Processo Educacional e o Contato entre Raças. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, v. 3, n. 7, p.3-6, jan. 1945.

_____. Populações Marginais e Educação. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, v. 14, n. 38, p.3-4, jan./abr. 1950a.

_____. Quatro Séculos de Ensino Primário. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, v. 11, n. 31, p.421-422, nov./dez. 1947c.

GANDINI, R. ANTÔNIO FERREIRA DE ALMEIDA JÚNIOR. In: FÁVERO, M. BRITTO, J. **Dicionário de Educadores Brasileiros: da colônia aos dias atuais**. Rio de Janeiro: UFRJ MEC/Comped, 2ed, 2002. p.131-137.

SGUISSARDI, V.; SILVA JR. J. R. A produção intelectual sobre educação superior na Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos (RBEP): período 1968- 1995. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, Brasília, v. 79, n. 193, p. 95-112, set./ dez. 1998.

TEIXEIRA, A. A Nova Lei de Diretrizes e Bases: Um Anacronismo Educacional?. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, Brasília, v. 33, n. 76, p.27-33, out./dez. 1959

_____. Educação não é privilégio. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, Brasília, v. 26, n. 63, p.3-31, jul./set. 1956

_____. Revolução e Educação. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, Brasília, v. 39, n. 90 p.3-7, abr./jun. 1963

_____. Unidade Nacional e Educação. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, Brasília, v. 18, n. 47, p.3-4, jul./set. 1952a.

_____. Lei e Educação. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, Brasília, v. 18, n. 48, p.3-4, out./dez. 1952b.

VIDAL, D. 80 anos do Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova: questões para debate. **Educ. Pesqui.** vol.39 no.3 São Paulo Jul/Set. 2013. maio, 2013.

WARDE, M. J. Repensando os estudos sociais de história da infância no Brasil. **PERSPECTIVA**, Florianópolis, v. 25, n. 1, jan./jun. 2007 p. 21-39.